



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 9 - 2013/2017

Data da Sessão : 26 de Fevereiro de 2015

Início da sessão: 09:30 horas

Términus da Sessão: 13:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, José António dos Santos Almeida, Duarte Filipe B. Matos Marques, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Manuel Augusto da Silva Vacas, Isabel Cristina Martins Inocêncio, Maria Manuela Mata Marques, José Casimiro Gonçalves Pereira, José Maia Marques, António Manuel Tavares Martins, António Cardoso Lopes, Manuel Luis Cristovão, António Vicente Alves Reis, Célia Maria Mendes Rodrigues, João de Matos Filipe, Luís Filipe Aparício Lopes, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, Joaquim da Silva, João Manuel da Rosa Ferreira, José Fernando Mendes Martins.

Faltas Justificadas: Manuel Marques Dias, Pedro Manuel Marques Jana, André Filipe de Oliveira Lopes Serras, António Manuel Poeiras Ludovino

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

**Acta n.º 9 - 2013/2017
26 de Fevereiro de 2015**

-----INICIO-----

--- Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e quinze, pelas dez horas, reuniu, em sessão ordinária, na Escola Sede do Agrupamento de Escolas Verde Horizonte de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.**
- 2) Discussão e votação de Proposta de Regulamento Interno do Parque de Campismo de Ortiga.**
- 3) Discussão e votação de Proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Subsídios.**
- 4) Discussão e votação da Escolha do Procedimento Prévio, Processo de Concurso, Designação do Júri e Audiência Prévia do Concurso Público para apresentação de propostas para: “ Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro”.**
- 5) Discussão e votação da Escolha do Procedimento Prévio, Processo de Concurso, Designação do Júri e Audiência Prévia do Concurso Público para apresentação de propostas para: “ Concessão da Exploração do Bar da Albufeira da Barragem de Ortiga”.**
- 6) Eleição dos representantes das Juntas de Freguesia no XXII Congresso da ANMP.**
- 7) Designação de quatro pessoas de entre os cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Mação.**

--- Nesta sessão faltaram os vogais Manuel Marques Dias, Pedro Manuel Marques Jana, André Filipe de Oliveira Lopes Serras, António Manuel Poeiras Ludovino que justificaram as suas faltas em devido tempo tendo os mesmos sido substituídos respectivamente pelos vogais José Casimiro Gonçalves Pereira, Isabel Cristina Martins Inocêncio, Maria Manuela Mata Marques e Manuel Luis Cristovão.

Antes do início do Período Antes da Ordem do Dia, o Sr Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Director do Agrupamento de Escolas, Dr. José António Almeida que deu as boas vindas aos presentes e agradeceu na pessoa do Sr Presidente da Assembleia Municipal, o facto desta sessão da Assembleia Municipal se realizar nesta escola, e

como responsável do Agrupamento de Escolas se sente muito satisfeito pois considera a mesma como uma aula de cidadania.

O Sr Presidente da Mesa referiu que é importante que todos compreendam que, apesar desta sessão da Assembleia Municipal decorrer na Escola Secundária e ter algumas intervenções que habitualmente não são usuais, a mesma não é uma simulação, é uma sessão real, apenas realizada num espaço diferente do habitual.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O Sr. Presidente da Mesa iniciou os trabalhos colocando à discussão a acta nº 8 – 2013/2017, referente à sessão ordinária de Dezembro de 2014 que, seguidamente foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Continuou, lendo aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

Informou sobre pedido de renúncia de mandato do vogal André Filipe de Oliveira Lopes Serras e procedeu à instalação do membro seguinte da lista dos candidatos do Partido Social Democrata à Assembleia Municipal, Maria Manuela Mata Marques.

Em seguida propôs que o ponto 3) da Ordem de Trabalhos fosse retirado da mesma e fosse incluído o ponto **8) Discussão e votação de proposta da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Mação.**

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

--- O vogal José Maia inicia a sua intervenção realçando dois momentos que considera terem sido bonitos de ouvir e ver levados a efeito pelo Pré-Escolar e pela Escola do 1º Ciclo de Mação que foram o Cantar das Janeiras no edifício da Câmara Municipal de Mação para os membros da Câmara e funcionários e o desfile de Carnaval pelas ruas da vila de Mação. Considera que estas duas iniciativas foram dois momentos de grande qualidade que revela que o Agrupamento de Escolas está a trabalhar muito bem neste aspecto de manter vivas as tradições no concelho de Mação.

Continua referindo que, em sessão anterior desta Assembleia foi proposta e aprovada a realização de uma homenagem a Mário Coluna, e neste sentido sugere que seja dado o nome de Mário Coluna à Rotunda junto à antiga Fábrica Mirrado, pois é perto da antiga casa do pai do referido futebolista.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que o concelho de Mação será provavelmente o concelho com a taxa de IMI mais baixa do País. Mais refere que, no final do ano foi emitido um comunicado da Câmara, que também foi publicado no Jornal “Voz da Minha Terra” onde se pode ler: “ Câmara Municipal de

Mação volta a reduzir Taxa do IMI abaixo do limite mínimo” e considera que o mesmo é um pouco enganador para quem lê pois poderá pensar que, este ano, vai pagar ainda menos que no ano passado, o que não se verifica, pois na realidade vai pagar mais 8,3%. Considera que o comunicado deveria conter toda a informação que relativamente ao ano anterior houve um aumento, mas volta a referir que pensa que a Câmara de Mação é a que tem a taxa de IMI mais baixa do país e felicita a Câmara por esse facto. Continua a sua intervenção referindo que, na sessão anterior mencionou o desejo da construção de uma ciclovia em Mação e, considerando o público jovem que assiste a esta sessão e que, possivelmente gosta de “pedalar”, com certeza gostariam de ver essa obra aqui implementada na sede de concelho. Mais refere que, já depois da passada sessão da Assembleia passou num concelho vizinho e teve o prazer de ver que andavam a pintar uma ciclovia e gostaria que esse facto servisse de incentivo à nossa Câmara para ver se poderia ser uma realidade a construção de uma ciclovia de S. Miguel até à Zona Industrial.

Termina a sua intervenção referindo que muito se tem falado da municipalização das escolas e como Mação fazia parte do grupo experimental que iria entrar nesse projecto piloto, solicita informação sobre qual é a posição da Escola, nos seus diferentes intervenientes, relativamente a este assunto.

--- O vogal Manuel Luis Cristovão intervém para solicitar informação sobre se houve alguma alteração para este ano, relativamente ao projecto das Zonas de Intervenção Florestal, que considera serem fundamentais para o concelho de Mação e sobre as quais a Câmara tem feito um bom trabalho.

--- O vogal António Reis intervém para solicitar informação sobre adesão ao Transporte a Pedido após o referido serviço ter sido estendido a todo o concelho.

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção informando que nos dias 18, 19 e 20 de Março vai decorrer uma actividade denominada “Escola Aberta” durante a qual irão acontecer coisas interessantes e deixa o convite a todos para participarem.

Relativamente à questão da Municipalização da Educação refere que a Escola, na pessoa do seu Director ficou extremamente satisfeita quando teve conhecimento do referido programa pois o mesmo assento nos dois objectivos que a Escola considera fundamentais, por um lado reforça a autonomia das escolas e por outro lado compensa a Câmara pelos investimentos que a mesma vai fazendo na escola. No entanto, quando teve acesso à documentação e às condições, a sua posição mudou. Refere que a proposta apresentada esvaziava quase completamente as competências do

Agrupamento pelo que, enquanto Director do Agrupamento não se sentia minimamente à vontade para levar todo o Agrupamento a assinar um documento que esvaziava quase por completo as competências que hoje a escola tem. Mais refere que a proposta apresentada deixa as escolas só com alguma gestão curricular e mais nada e considera que a Escola faz melhor aquilo que está a fazer e a Câmara não necessita de ir buscar competências que já são da Escola. Refere ainda que considera que o concelho de Mação teria todas as condições para que o programa corresse bem desde que tivessem sido consideradas as chamadas de atenção feitas nomeadamente relativamente ao número de funcionários necessários pois quem sabe os funcionários necessários é a própria escola e não um programa generalizado. Considera que este programa deveria ter sido elaborado de uma forma mais cuidada pois as escolas foram postas completamente à parte e não foram tidas em conta as informações que foram solicitando. Refere que, se o programa for imposto, a Escola terá de o cumprir, mesmo contrariado, não terá outra alternativa que cumprir.

--- O vogal António Martins intervém para referir que, relativamente ao programa de municipalização das escolas, abandonam-se completamente os contratos de autonomia e cria-se esta ideia de municipalização como se a mesma fosse remédio para todos os males. Considera que os conselhos gerais das escolas e os encarregados de educação deveriam estar atentos para dizerem se é isto que querem, se querem este meio caminho para a privatização das escolas.

--- O vogal José Fernando Martins intervém para referir que, relativamente aos investimentos das Águas do Centro no nosso concelho, as obras arrancaram há pouco tempo e ainda não estão dentro das localidades, onde certamente irão causar alguns transtornos às pessoas e constrangimentos ao nível do trânsito mas a sua questão prende-se com o facto que, durante as obras referidas o alcatrão irá ser cortado e terá de ser repostado. Assim questiona a Câmara sobre se a mesma tem salvaguardadas as garantias para poder agir se o asfalto não for repostado em condições pois muito asfalto vai ser retirado e repostado.

Termina a sua intervenção relembrando uma questão por si colocada na sessão de setembro passado, que considera pertinente, que é a construção de um abrigo de passageiros para os alunos que esperam os transportes escolares, bem como um espaço para o embarque e desembarque dos alunos fora da estrada como acontece agora.

--- O vogal João Filipe felicita a Câmara, enquanto membro da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, ter tentado sensibilizar o Ministro do Ambiente no sentido de, junto do Ministério da Agricultura espanhol, pressionar no sentido de impedir que o Tejo seja desviado para o sul de Espanha, através de canais, para a agricultura extensiva que ali se pratica e que faz com que a água que chega a Portugal seja muito pouca e se verifique um desequilíbrio no ecossistema do Tejo que poderá levar a que este deixe de ser um rio vivo e passe a ser um rio morto, sem peixe.

Refere ainda que a situação actual põe em risco alguns postos de trabalho que dependem do rio, deixando a referencia que o comunicado da CIMT menciona os desportos náuticos e o turismo mas nada menciona sobre o peixe e a pesca.

Considera que, com diplomacia, poder-se-á chegar a um entendimento para melhorar a situação do caudal do Rio Tejo.

--- O vogal Duarte Marques intervém para apresentar uma Moção em nome da bancada do PSD sobre o programa “Jovem Autarca”.

O Sr. Presidente da Mesa coloca à votação a introdução da referida Moção, que foi aprovada por unanimidade.

--- O vogal Duarte Marques refere que a Moção que deu entrada na Mesa da Assembleia tem como objectivo apresentar à Câmara Municipal um programa denominado “Jovem Autarca” que não é mais do que uma estratégia para aumentar os níveis de participação dos jovens na actividade política. Hoje em dia os jovens vivem muito afastados da participação política pois é preciso que as pessoas mais jovens também participem na organização política dos concelhos, nas várias entidades que a compõem. Mais refere que o programa proposto já decorre nos Estados Unidos, em Inglaterra e, em Portugal, na Câmara de Santa Maria da Feira que considera ser um excelente exemplo, e que, no fundo, é uma espécie de orçamento participativo. O que acontece é que a Câmara atribui uma verba, neste caso 5.000,00€, os jovens candidatam-se a Presidente de Câmara, os serviços da Câmara ajudam a organizar esta candidatura e cada jovem deverá ter projectos e ideias que consiga realizar com este valor. Aquele que for eleito por todos os estudantes do concelho de Mação vai investir esse dinheiro que a Câmara lhe atribui no seu projecto e durante um ano, o jovem será presidente de Câmara com aquele montante que deverá realizar o seu projecto. Considera que este programa poderá ser um catalisador para mais jovens participarem mais activamente na vida do concelho e que, no futuro todos tirarão algum proveito disto.

--- O vogal João Filipe intervém para referir que na Assembleia Municipal todos trabalham na sentido de fazer o melhor possível para o nosso concelho e hoje, em especial, é sensibilizar os jovens para o dever de cidadania que todos temos e que devemos participar na sociedade. Mais refere que todos devemos participar na sociedade e essa participação aprende-se exercendo-a e por isso a bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente a Moção apresentada.

Em seguida foi colocada à votação a Moção “Jovem Autarca” que foi aprovada por unanimidade.

--- O Sr. Presidente da Câmara inicia a sua intervenção associando-se às referências apresentadas pelo vogal José Maia Marques e congratula-se pelas actividades referidas das crianças do pré-escolar e do 1º ciclo. Apresenta as suas desculpas por ainda não ter sido realizada a homenagem a Mário Coluna pois o assunto ainda não foi discutido em reunião de Câmara mas vai ser agendado para uma próxima reunião onde será analisada a sugestão aqui apresentada bem como outras que possam surgir aos membros da Câmara.

Relativamente à questão do comunicado da Câmara sobre a taxa de IMI referido pelo vogal António Cardoso Lopes, refere que o mesmo é verdadeiro pois é dito no mesmo que a Câmara voltou a reduzir a referida taxa abaixo do limite máximo, o que é verdade. Verificou-se um aumento relativamente ao ano anterior, o que poderá ser discutido mas o comunicado é verdadeiro e que não engana ninguém.

Relativamente à ciclovía refere que fica mais uma vez a sugestão que considera fazer sentido mas que terá de ser bem analisada pois entre o S. Miguel e a Zona Industrial há alguns arruamentos onde não será fácil incluir a ciclovía.

No que diz respeito à questão da Municipalização da Educação, refere que informou ontem a Câmara que a autarquia iria abandonar as negociações que estava a levar a efeito com o Governo sobre este assunto. Mais informou que este processo teve o seu início em Maio/Junho de 2014 e, desde a primeira reunião solicitou para ser acompanhado pelo Sr. Director do Agrupamento de Escolas, o que foi aceite pelo governo e, por isso, desde a primeira hora, o Agrupamento esteve presente em todos os encontros que foram sendo realizados e teve acesso a todos os documentos disponibilizados, ao contrário do que aconteceu na maioria dos municípios e contrariamente ao que estava previsto pelo governo. Refere que, a determinada altura do processo convenceu-se que seria possível chegarmos a um entendimento pois o assunto foi abordado também no Conselho Geral da Escola e saiu do mesmo com a

sensação que as coisas poderiam correr razoavelmente bem mas, de facto, chega hoje à conclusão que há aqui questões de fundo que se prendem com aquilo que é percepção que, nomeadamente o Sr. Director tem em termos da matriz de competências e mais do que isso, daquilo que é a certeza que tem que a comunidade escolar não quer a Câmara metida na Escola. Mais refere que tem de ser sensível a estes factos pois desde a primeira hora que sempre disse que a Câmara só iria estar neste processo se sentisse que a comunidade escolar assim o queria. Refere ainda que já disse várias vezes que a Câmara só dará o apoio à Escola e outras entidades que as mesmas solicitem pois não tem qualquer intenção de se meter onde não é chamada e pode mesmo não ser bem vinda de alguma forma. Depois de ter ouvido a intervenção do Sr. Director do Agrupamento em Aveiro ficou com a certeza que não existem as condições mínimas para prosseguir este processo, o que já foi comunicado ao governo. Refere ainda que não há qualquer mau estar da parte do Presidente da Câmara por causa deste assunto e a Câmara continuará a colaborar com a Escola dentro daquilo que forem as suas possibilidades. Chama a atenção para a questão dos funcionários e do futuro, no caso de haver funcionários não docentes a mais ou a menos pois pensa que, neste caso, poderá haver algumas consequências pois os ratios são feitos pelo governo e terão de ser cumpridos o que poderá trazer consequências que poderiam ser diluídas se este processo avançasse e é bom que as pessoas tenham consciência das decisões que tomam, na altura em que as tomam porque depois pode haver alguma forma menos correcta das coisas serem decididas.

Relativamente ao expresso pelo vogal António Martins que este processo seria o primeiro passo para a privatização do ensino, refere que ainda não conseguiu perceber nem ninguém ainda lhe conseguiu explicar como é que, vindo a Câmara a assumir mais responsabilidades nesta área, isto configura uma privatização. No entanto considera que não se deve diabolizar essa questão desde que, no fim, os alunos, que são as pessoas para quem os Srs Professores trabalham e os Srs Auxiliares devem trabalhar, não sejam prejudicados em nenhum nível.

No que diz respeito ao Transporte a Pedido, referido pelo vogal António Reis, informa que, com o alargamento do programa a todo o concelho, a Câmara está satisfeita com o facto de estar a dar uma resposta a alguns nichos do nosso concelho que não tinham outra alternativa em termos de transporte mas por outro lado está menos satisfeito pois o programa não está a ter a resposta que todos esperavam que viesse a ter. Mais informa que os custos foram reduzidos mas, em todo o caso, para o esforço que se está

a fazer, as pessoas transportadas não são as que se perspetivaram. Este programa continuará a ser acompanhado e avaliado e possivelmente voltará a ser reformulado mas sem deixar cair esta ideia.

Relativamente ao cais de embarque mencionado pelo vogal José Fernando Martins, informa que não voltou a falar com o Sr. Director do Agrupamento sobre o assunto e também não foi solicitado nem pelos alunos nem pela Escola, no entanto pode-se voltar a avaliar essa necessidade se efectivamente ela existir pois todos os dias vemos os alunos sem guarda chuva e as paragens que foram montadas perto da escola tiveram de ser desmontadas pois foram quase totalmente destruídas e isso desmotiva um pouco que se tenha estas iniciativas.

Relativamente à intervenção do vogal João Filipe refere que realmente é uma falha do comunicado que não se tinha apercebido mas que considera fazer todo o sentido, até para situações futuras pois a informação que tem ´que esta situação se vai perpetuar no tempo se não houver medidas energéticas por parte do governo português pois o abuso do lado de Espanha está a ter uma cadência enorme e Portugal tem de encarar este assunto como um problema diplomático sério

Agradece a Moção apresentada pelo vogal Duarte Marques e a pertinência do tema e garante que a Câmara não deixará de avaliar a mesma.

---O Sr. Vereador António Louro inicia a sua intervenção referindo que, relativamente à questão das ZIF's, colocada pelo vogal Manuel Luis Cristovão, a Câmara continua a defender o trabalho que tem feito e o modelo que propõe uma vez que, durante todos estes anos ainda ninguém propôs nada que tenha melhores perspetivas de funcionamento. Apesar de não se ter conseguido que a figura da ZIF tivesse o tratamento que merece em termos de financiamento, este Quadro Comunitário de apoio está prometido que traz medidas melhores nesta área. Aquilo que tem acontecido entretanto é que a Câmara, estando a elaborar o seu Plano Estratégico para os próximos anos, nitidamente considera a floresta um dos pilares de desenvolvimento para o futuro do concelho e portanto não pode de modo algum continuar neste impasse. Mais informa que a Câmara tinha falado sobre esta matéria com o Sr. Secretário de Estado das Florestas mas infelizmente ele já estava demissionário e neste momento a nossa proposta está nas mãos da Sr^a Ministra e pelo que sabemos estará a preparar uma visita a Mação e por isso muito em breve tê-la-emos cá para podermos pessoalmente tentar aumentar a sensibilidade dela para esta questão. Ainda que as coisas não estejam a andar como nós gostaríamos, estão a dar pequenos passos e continuam a caminhar.

Relativamente à questão das Águas do Centro e da reposição dos pavimentos mencionada pelo vogal José Fernando Martins, refere que sempre que há colocação de novas redes há sempre um custo a pagar e no caso do concelho de Mação tivemos de sacrificar parte dos pavimentos da vila quando foi a instalação da fibra ótica e as coisas não correram muito bem pois os pavimentos já não eram novos. Neste caso há uma coisa que nos dá maior tranquilidade que é o facto de que 99% das valas para as condutas vão ser feitas em estradões florestais, tendo sido essa uma das premissas do projecto e só passarão fora dos estradões quando não houver mesmo nenhuma outra alternativa. Informou ainda que está prometido à Câmara que, nos casos em que as condutas passarem dentro das povoações ou em estradas municipais, será feito o alcatroamento da rua toda o que tenderá a diminuir o risco das coisas não correrem bem. Para além disso, os serviços da Câmara estão a acompanhar os trabalhos de perto no sentido de irmos fiscalizando o desenrolar da obra e assim evitar abatimentos e outro tipo de situações.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

---Já no período da Ordem do Dia, o Sr Presidente da Mesa coloca à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: **1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação, bem como listagem de ordens de pagamento e facturas para pagamento.

O Sr. Presidente da Câmara informou que foi homologado no passado dia 30 de Janeiro de 2014 um Acordo com as Estradas de Portugal no qual as mesmas se responsabilizam pelas estradas da A23 até Mação e de Mação para Chão de Codes para Chão de Lopes e do Barracão até ao limite do concelho e a Câmara fica responsável pela estrada de Mação para Mouriscas e pela estrada do cruzamento da A23 para a Barca da Amieira. Deixa uma palavra de agradecimento ao Deputado Duarte Marques pelo apoio e empenho desde a primeira hora neste assunto e que ajudou determinadamente a que este assunto se resolvesse.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Discussão e votação de Proposta de Regulamento Interno do Parque de Campismo de Ortiga.**

O Sr. Presidente da Câmara intervém para referir que o Vereador Vasco Marques informou-o, uma vez que não pode estar presente por motivos de saúde, que este documento contém as

alterações consideradas pertinentes e referidas na sessão anterior desta Assembleia. Mais refere que a Câmara entende que o mesmo está em condições de ser aprovado pois aproxima-se a altura dele ser necessário.

--- O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que falta a tabela anexa ao Regulamento que considera que deveria ter sido entregue junto com o documento. Mais refere que este documento traz ainda muitas das coisas que tinham sido sugeridas que fossem alteradas. Em seguida enumerou todas as alterações que considera ser necessário introduzir no documento e que já tinham sido apontadas na sessão anterior. Refere ainda que, uma vez que não foram acolhidas as alterações sugeridas, irá abster-se na votação deste ponto.

--- O vogal José António Almeida intervém para referir que compreendeu na sessão anterior em que este documento foi discutido que nem todas as alterações seriam introduzidas e considera que algumas alterações propostas não devem ser introduzidas.

--- O vogal António Martins intervém referindo que concorda com o vogal José António Almeida quando o mesmo refere que algumas sugestões poderiam não ser boas, ou não serem passíveis de introduzir no documento, mas não se ligar rigorosamente nada às observações que foram feitas é que considera inadmissível. Refere que, em virtude deste facto vota contra a aprovação deste documento.

Em seguida foi colocado à votação, o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria com oito abstenções e um voto contra.

Seguidamente e em virtude do ponto 3) da Ordem de Trabalhos ter sido retirado da mesma, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Discussão e votação da Escolha do Procedimento Prévio, Processo de Concurso, Designação do Júri e Audiência Prévia do Concurso Público para apresentação de propostas para: “ Concessão da Exploração do Bar da Praia Fluvial de Carvoeiro”.**

O Sr. Presidente da Câmara informa que o prazo da concessão terminou e a Câmara terá de iniciar novos procedimentos quer para esta praia fluvial bem como para o Bar da Albufeira da Barragem de Ortiga que será discutido e votado no ponto seguinte. Mais informou que foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara a abertura destes procedimentos.

--- O vogal Nuno Bragança refere que, pelos documentos que foram apresentados em sessões anteriores, e pelos documentos que o executivo apresenta hoje, verifica-se que o procedimento para a concessão da exploração do bar da praia fluvial de Carvoeiro, é o único onde o plano de actividades não consta como um factor para determinar a adjudicação, pelo que questiona acerca da razão deste facto.

Colocado à votação, o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação da Escolha do Procedimento Prévio, Processo de Concurso, Designação do Júri e Audiência Prévia do Concurso Público para apresentação de propostas para: “ Concessão da Exploração do Bar da Albufeira da Barragem de Ortiga”.**

O Sr. Presidente da Câmara informa que os critérios são diferentes pois a Albufeira da Barragem de Ortiga tem características diferentes das outras praias fluviais pelo que se tentou potenciar aquele espaço e o próprio Parque de Campismo e daí a obrigatoriedade da realização de actividades durante o período da concessão.

--- O vogal António Martins deixa o alerta para os critérios dos procedimentos e para a apresentação de plano de actividades que deveria ser feito com portfolio, de forma a que houvesse demonstração do que tem feito e que seria uma salvaguarda para a Câmara. Refere ainda que há documentos que são exigidos na apresentação das candidaturas que legalmente poderiam ser apresentados apenas se ganhar o concurso e que, se não apresentar, então perde o primeiro lugar a concessão é atribuída ao seguinte classificado.

O Sr. Presidente refere que agora, com a legislação actual, os documentos são necessários a acompanhar a proposta e são determinantes para a admissão ao concurso.

Colocado à votação, o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Eleição dos representantes das Juntas de Freguesia no XXII Congresso da ANMP.**

O Sr. Presidente da Mesa recebeu a proposta da bancada do PSD, denominada “Lista A” contendo os seguintes nomes:

- Nuno Bragança, Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro
- João Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Ortiga

Recebeu também uma proposta por parte da bancada do PS, que será denominada “Lista B” e contém o seguinte nome:

- José Fernando Mendes Martins, Presidente da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira.

--- O vogal António Cardoso Lopes informou que a bancada do Partido Socialista propõe o Presidente da União de Freguesias de Mação, Penhascoso e Aboboreira pois consideram que é o Presidente de Junta que tem mais representatividade e consideram isso importante pois é um Presidente de Junta que vai representar as freguesias do concelho Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Seguiu-se a votação por escrutínio secreto tendo a lista A tido 11 votos e a lista B 9 votos.

Foi eleito o vogal Nuno Bragança, Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeiro para representante das Juntas de Freguesia, no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, nos termos da alínea a), do nº 2, do artº 6º, dos Estatutos da ANMP e o vogal João Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Ortiga para substituto do representante das Juntas de Freguesia, no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Designação de quatro pessoas de entre os cidadãos eleitores para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Mação.**

---O vogal José António Almeida intervém para referir que a bancada do Partido Social Democrata designa os cidadãos Carla Pépio e Ricardo Murteira, que já fazem parte da Comissão Alargada da CPCJ e que esta bancada entende que devem continuar.

---O vogal António Cardoso Lopes intervém para referir que a bancada do Partido Socialista designa os cidadãos Abílio Diogo e Célia Rodrigues que já fazem parte da Comissão Alargada da CPCJ e que esta bancada entende que também devem continuar.

O Sr. Presidente da Mesa informou que, uma vez que cada bancada designou duas pessoas, será considerada para votação uma lista única contendo os quatro nomes.

Seguiu-se a votação por escrutínio secreto tendo a lista proposta 18 votos favoráveis e duas abstenções.

Assim, foram designados os quatro cidadãos, Carla Pépio, Ricardo Murteira, Abílio Diogo e Célia Rodrigues para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ de Mação

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Discussão e votação de proposta da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Mação.**

O Sr. Presidente intervém para informar que esta proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Mação foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara. Mais informa que aquilo que a Câmara pretende com esta delimitação é delimitar uma área de intervenção que passa a ter características de protecção próprias, que passa a possibilitar que a Câmara possa vir a ter mecanismos de apoio às pessoas que reabilitem edifícios nesta área e é também condição para que, no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio, a Câmara e os próprios particulares possam ter alguns apoios e incentivos à reabilitação urbana. Mais informa que para a elaboração desta área de delimitação foi utilizado grande parte de um trabalho elaborado há alguns anos

pelo Gabinete Técnico local e, de uma forma prática e conhecendo a nossa vila entendemos que o que deveria ser delimitado como Área de Reabilitação Urbana é a zona que corresponde ao “empedrado”, que é a parte mais velha da vila e que carece de muita reabilitação urbana face àquilo que é a degradação de muitos edifícios que ali existem.

--- O vogal António Cardoso Lopes questiona sobre se não faria sentido elaborar Áreas de Reabilitação Urbana para as sedes de Freguesia, pois todas as sedes de Freguesia têm um núcleo central cujas condições são muito idênticas às que se verificam nesta área delimitada. Questiona sobre como será interligada esta área com o Regulamento para a Conservação ou Beneficiação de Habitações Degradadas no Concelho de Mação. Questiona também durante quanto tempo esta Área de Reabilitação Urbana estará activa.

O Sr. Presidente refere que a aprovação desta Área de Reabilitação Urbana não tem como consequência ficarmos só por aqui e não impossibilita que as pessoas usufruam dos benefícios de ambas as medidas, contudo esse assunto ainda não foi discutido em reunião de Câmara. Informa que este documento, depois de aprovado e publicado em Diário da República é um instrumento e condição fundamental para que a Câmara e os particulares possam fazer intervenção urbana nestas áreas delimitadas para que possamos vir a ter benefícios no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio. Refere que esta área deverá ficar delimitada, pelo menos, enquanto vigorar o Quadro Comunitário de Apoio que está agora a iniciar-se para que haja possibilidade da Câmara e dos particulares acederem a estes fundos, pelo que perspectiva que dez anos será um prazo razoável.

Relativamente à possibilidade de elaborar Áreas de Reabilitação Urbana para as sedes de freguesia, refere que não foi colocado mas é um assunto que poderá ser ponderado. Colocado à votação, o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi aprovado por unanimidade.

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

---RICARDO ALVES

Ricardo Alves, residente em Carvoeiro, refere que os alunos de Carvoeiro não têm aulas na quarta-feira à tarde e só têm transporte às 17:30. Questiona a Câmara sobre este assunto.

O Sr. Presidente da Câmara informa que poderá falar com o operador do transporte mas para que se consiga alterar o horário é necessário que todos os alunos de Carvoeiro estejam de acordo com isso. Aconselha a falar com o Sr. Director do Agrupamento sobre

o assunto e se ainda quiserem alguma alteração no horário então verá o que pode ser feito.

GUILHERME VERISSIMO

Guilherme Veríssimo, residente em Serra, questiona a Câmara sobre porque não arranjam a estrada para a Serra pois a mesma encontra-se cheia de buracos.

O Sr. Presidente da Câmara refere que a estrada mencionada é o troço de Aboboreira para Penhascoso que tem efectivamente alguns buracos e necessita de requalificação das valetas, trabalho que será realizado logo que seja possível pois a Câmara de Mação tem ao seu encargo cerca de 350 km de estradas e a Câmara tem de reparar primeiro onde considera ser mais urgente e necessário.

ANA

Ana, residente em Chão de Codes questionou sobre arranjo da estrada de Chão de Codes para Chão de Lopes.

O Sr. Presidente informou que esta estrada já não está sob a jurisdição da Câmara Municipal de Mação desde 30 de Janeiro de 2015 e a entidade responsável pela mencionada estrada está a par do assunto e da necessidade de intervenção na mesma.

PEDRO ESTRELA

Pedro Estrela, residente em Mação que referiu que o pavimento das Piscinas Municipais Descobertas é muito escorregadio e pode provocar acidentes aos utentes daquele espaço. Solicita informação porque é que ainda não foi arranjado aquele pavimento.

O Sr. Presidente da Câmara refere que o problema apontado é uma realidade e todos os anos a Câmara tenta minorar alguns problemas daquele equipamento mas a realidade é que as Piscinas Municipais descobertas necessitam de uma intervenção profunda e dispendiosa que ainda não foi possível realizar. A Câmara tem tentado minorar os problemas e espera que este novo Quadro Comunitário de Apoio preveja algum apoio para a requalificação deste tipo de equipamentos. Se não, terá de ser requalificado pouco a pouco pois é um equipamento que todos gostamos muito e que queremos preservar.

BEATRIZ PEREIRA

Beatriz Pereira, residente em Envendos que questiona a Câmara sobre se está prevista a realização de algum melhoramento na estrada da Zimbreira para o Pego da Rainha.

O Sr. Vereador António Louro refere que a referida estrada é uma preocupação da Câmara pois a Câmara tem intenção de intervir no Pego da Rainha porque é uma das joias deste concelho. Refere que muitas obras necessárias não foram ainda realizadas,

não porque a Câmara não quer mas porque os recursos não chegam para tudo o que se tem para fazer e a Câmara todos os dias tem de fazer escolhas com base na urgência considerada de cada problema.

BEATRIZ BRANCO

Beatriz Branco, residente em Carvoeiro, que questiona a Câmara sobre a possibilidade dos jovens poderem trabalhar na Praia Fluvial de Carvoeiro.

O Sr. Presidente da Câmara refere que este assunto nunca tinha sido referido, poderá ser equacionado e poderá ter algum sentido mas não podemos esquecer que, para irem para lá os jovens haverá algumas pessoas que deixarão de ir, o que poderá ser um problema. Refere que é uma questão que irá ser analisada pela Câmara pois nunca tinha sido colocada anteriormente.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.